



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0010/2025 - SESA



Unidade responsável
Secretaria Municipal de Saude
Prefeitura Municipal de Quixeré



Data
03/09/2025



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A atual estrutura do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira, no Município de Quixeré - CE, apresenta incompatibilidade com os requisitos técnicos exigidos e não atende adequadamente às demandas crescentes por serviços de saúde mental. A insuficiência de recursos estruturais impede que a unidade preste um atendimento eficiente e seguro aos seus usuários, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde mental oferecidos à população local. Esse cenário é amparado por estatísticas e indicadores que evidenciam o aumento na procura por atendimento, baseando-se no processo administrativo que consolida os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs).

Os impactos institucionais e operacionais da ausência de uma reforma detêm consequências severas, incluindo a interrupção de serviços essenciais de suporte à saúde mental, o que pode acarretar em um aumento de internações em unidades hospitalares e na não conformidade com normas sanitárias e de segurança vigentes. Visto como uma medida de interesse público, a contratação se faz necessária para garantir a continuidade e melhoria dos serviços de saúde mental, assegurando a implementação dos princípios de eficiência e interesse público conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Com a execução dos serviços de reforma, espera-se a modernização e adequação legal das instalações, promovendo um ambiente seguro, acessível e acolhedor para os usuários e profissionais. Este aprimoramento contribuirá para aumentar a capacidade de acolhimento e qualidade do atendimento oferecido, impulsionando também a melhoria do desempenho institucional. Assim, a reforma conecta-se aos objetivos estratégicos da Administração Municipal, visando a promoção da saúde pública e o bem-estar da comunidade.





Em síntese, a contratação é imprescindível para solucionar as deficiências estruturais identificadas, garantindo que a Administração alcance seus objetivos institucionais e ofereça serviços contínuos e de qualidade à população, conforme fundamentado no processo administrativo e em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Saude	Liliane de Freitas Rebouças

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação para a reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira no Município de Quixeré – CE, solicitada pela Secretaria de Saúde, visa adequar e melhorar a estrutura atual para atender eficientemente a população, conforme destacado no Documento de Formalização da Demanda (DFD). Este projeto é imperativo para assegurar que o CAPS continue a oferecer serviços de saúde mental de qualidade, cumprindo as normativas vigentes relacionadas à saúde e segurança. Esta contratação é impulsionada pela crescente demanda por serviços de saúde mental na região, aliada à necessidade de adaptar o ambiente para melhor acolhimento e suporte aos usuários.

Os padrões mínimos requeridos para a execução do serviço de reforma incluem melhorias estruturais que assegurem acessibilidade, segurança e condições sanitárias adequadas. Os critérios técnicos são baseados em normas de construção contemporâneas que promovem durabilidade e funcionalidade da edificação. Além disso, deverão ser considerados aspectos de sustentabilidade, incorporando materiais recicláveis e métodos que minimizem a geração de resíduos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Tais exigências estão ancoradas nos princípios de eficiência e economicidade, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os requisitos técnicos evitam a indicação de marcas específicas para garantir ampla competitividade, salvo em situações onde características particulares sejam fundamentais para o bom atendimento da demanda e devidamente justificadas. Neste processo, não há previsão de uso de itens enquadrados como bens de luxo, conforme o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, reforçando o foco em soluções que atendam estritamente ao interesse público.

Espera-se que os fornecedores demonstrem capacidade técnica para execução eficiente, sendo necessário comprovar por meio de amostras ou provas de conceito, quando aplicável. Esse processo reiterará a escolha de soluções economicamente vantajosas e alinhadas com os requisitos apresentados. Tal exigência visa garantir a qualidade do serviço prestado, evitando custos advindos de ineficiências operacionais.

Pelo exposto, os requisitos delineados estão fundamentados na necessidade expressa pelo DFD, em conformidade com os arts. 5º e 18 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo





uma base técnica sólida para o subsequente levantamento de mercado. Tais diretrizes contribuirão para a identificação da solução mais benéfica para a Administração, assegurando o cumprimento dos objetivos estratégicos previstos.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para o planejamento da contratação do objeto descrito no 'Descrição da Necessidade da Contratação', visando prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, alinhado aos princípios dos arts. 5º e 11, de forma neutra e sistemática.

Para determinar o tipo de objeto da contratação, analisou-se as seções "Descrição da Necessidade da Contratação" e "Descrição dos Requisitos da Contratação", identificando a execução de obra de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira.

O orçamento foi elaborado por engenheiro técnico devidamente habilitado, que identificou e relacionou todos os materiais e serviços necessários à execução do objeto. As composições de custos foram estruturadas com base em planilhas técnicas e índices públicos de referência, garantindo a aderência aos parâmetros de mercado e a observância dos princípios da economicidade e da transparência administrativas.

Foram analisadas alternativas como a execução direta com recursos internos, terceirização via empreiteira especializada, e a inovação através de construção modular. Comparando os critérios técnicos, econômicos, operacionais, jurídicos e de sustentabilidade, a terceirização por empreiteira mostrou-se a opção mais vantajosa devido à sua eficiência comprovada na gestão de obras complexas, economia de custos com materiais e recursos humanos, e a capacidade de adaptação rápida a mudanças de projeto sem comprometer a continuidade.

A alternativa mais vantajosa foi a terceirização por empreiteira, justificada pela eficiência operacional, redução de custos globais, e alocação prática de recursos, alinhados ao 'Resultados Pretendidos'. A construção modular foi considerada, mas exigiria um investimento inicial maior com incertezas de retorno imediato.

Recomenda-se a abordagem terceirizada via empreiteira especializada para assegurar competitividade e transparência, conforme princípios dos arts. 5º e 11.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para realizar os serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira, localizado no Município de Quixeré – CE. Este empreendimento visa atender à necessidade de reestruturação das instalações, garantindo que o local ofereça um ambiente seguro, acessível e equipado para o atendimento qualificado aos usuários dos serviços de saúde mental. A reforma inclui a execução de intervenções





estruturais, fornecimento e instalação de materiais necessários, bem como atualizações tecnológicas e de acessibilidade, conforme padrões sanitários e de segurança vigentes.

Esta contratação prevê a execução de obras que envolvem a adequação de espaços físicos e modernização das infraestruturas de atendimento, integrando aspectos de conforto e segurança, que são fundamentais para a proteção e o acolhimento dos pacientes e usuários do CAPS. Todo o escopo da solução foi embasado no levantamento de mercado que indicou as alternativas mais adequadas ao objetivo da Administração, garantindo qualidade e economicidade. Além disso, a empresa contratada deverá fornecer suporte técnico e treinamento adequado ao pessoal de manutenção e operação para assegurar a durabilidade das intervenções realizadas.

A presente contratação estará vinculada ao Processo de Pré-Qualificação nº 0005/2025, destinado à seleção prévia de empresas com comprovada capacidade técnica para execução de obras de engenharia de natureza semelhante, conforme previsto nos arts. 78 a 83 da Lei nº 14.133/2021. Essa vinculação busca assegurar maior qualidade técnica, eficiência e mitigação de riscos na execução contratual, garantindo que apenas fornecedores previamente habilitados participem da licitação principal

Com a implementação desta solução, espera-se não somente atender à demanda crescente por serviços de saúde mental no município, mas também assegurar o cumprimento das normas estabelecidas para serviços de saúde mental, evitando descontinuidade e contribuindo para a melhoria da saúde pública local. A escolha do processo licitatório em detrimento de uma dispensa de licitação foi fundamentada na complexidade dos serviços e na vantajosidade econômica, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. A solução é plenamente alinhada aos princípios e objetivos da Lei nº 14.133/2021, representando a alternativa mais eficiente, econômica e tecnicamente apropriada ao contexto apresentado.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	SERVIÇO DE REFORMA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) I MARIA LIVIA CARNEIRO DE OLIVEIRA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE QUIXERÉ – CE.	1,000	Serviço

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	SERVIÇO DE REFORMA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) I MARIA LIVIA CARNEIRO DE OLIVEIRA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE QUIXERÉ – CE.	1,000	Serviço	125.269,09	125.269,09

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 125.269,09 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e nove





centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial do parcelamento do objeto, conforme art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, é imperativa no contexto deste Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §2º) e busca fomentar a competitividade do processo licitatório (art. 11). A viabilidade técnica e econômica da divisão do objeto em itens, lotes ou etapas deve ser avaliada com base na solução como um todo descrita na Seção 4 e alinhada aos princípios de eficiência e economicidade previstos no art. 5º. Dentro desse escopo, a Administração deve ponderar oportunidades de ampliação do acesso a uma variedade maior de fornecedores.

A possibilidade de parcelamento do objeto é avaliada considerando o contexto do mercado e a estrutura logística aprimorada. Há a indicação prévia para a realização da contratação por itens, conforme o processo administrativo, o que sugere a existência de fornecedores especializados capazes de atender a cada parte individualmente, aumentando assim a competitividade (art. 11). Além disso, o parcelamento pode incentivar o uso do mercado local, possibilitando logísticas mais eficientes, conforme foi observado na pesquisa de mercado e nas revisões técnicas realizadas.

Entretanto, ao comparar essa alternativa com a execução integral, emergem fatores relevantes: a execução integral viabiliza economia de escala, maior eficiência na gestão contratual (art. 40, §3º, inciso I), estabiliza o sistema como um todo (inciso II), e previne conflitos que podem surgir pela falta de padronização ou exclusividade de fornecedores (inciso III). Após avaliação comparativa, a execução integral é considerada preferível, especialmente por manter a integridade técnica de forma otimizada.

Quanto aos impactos na gestão e fiscalização, a execução consolidada desponta como uma simplificação operacional, preservando a responsabilidade técnica centralizada e um controle administrativo mais direto. Por outro lado, a descentralização inerente ao parcelamento poderia tornar a fiscalização mais granular, porém com aumento de complexidade administrativa, considerando sempre a capacidade institucional e os princípios de eficiência do art. 5º.

Concluindo, após extensa avaliação e alinhando-se aos Resultados Pretendidos (Seção 10), a recomendação técnica aponta para a execução integral como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Tal decisão fortalece a economicidade e competitividade do processo (arts. 5º e 11) e responde adequadamente aos critérios do art. 40, garantindo um processo jurídico consistente e aderente ao planejamento estratégico e à realidade do mercado.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira está





devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Quixeré - CE, evidenciando o alinhamento do processo com o planejamento estratégico da Administração Pública.

Essa iniciativa visa assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços de saúde mental oferecidos à população, garantindo condições adequadas de infraestrutura, segurança e conforto para usuários e profissionais. A execução da reforma é essencial para adequar as instalações às normas de segurança e sanitárias vigentes, permitindo o pleno funcionamento das atividades assistenciais do CAPS.

A previsão no PCA demonstra o comprometimento da Administração com a eficiência e a economicidade, conforme os princípios estabelecidos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, racionalidade e coerência entre o planejamento e a execução das contratações públicas. Essa integração fortalece a governança e contribui para o alcance de resultados vantajosos ao interesse público, promovendo a continuidade de políticas públicas voltadas à atenção psicossocial no município.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira, no Município de Quixeré – CE, tem como principal resultado esperado a melhoria substancial da infraestrutura física e funcional da unidade, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades voltadas à promoção, prevenção e tratamento da saúde mental.

Com a modernização e adequação das instalações, pretende-se garantir a conformidade do espaço com as normas técnicas, sanitárias e de segurança, ampliando a acessibilidade e proporcionando um ambiente humanizado, acolhedor e seguro tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde. A reforma permitirá o pleno funcionamento das salas de atendimento, dos espaços de convivência e das áreas administrativas, contribuindo para a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

Espera-se, ainda, elevar a eficiência operacional e a qualidade do atendimento, reduzindo o risco de interrupções e fortalecendo o papel estratégico do CAPS na rede municipal de atenção psicossocial. A melhoria das condições estruturais impactará positivamente na capacidade de acolhimento, na resolutividade dos casos atendidos e na satisfação dos usuários, consolidando o compromisso da Administração com a saúde pública de qualidade.

Do ponto de vista institucional, a execução do projeto contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde, ao assegurar a oferta contínua de serviços especializados, integrados e humanizados, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a contratação pretende gerar resultados concretos e mensuráveis, refletidos na





melhoria da infraestrutura, na ampliação da capacidade de atendimento e no fortalecimento das políticas públicas de saúde mental do Município de Quixeré, promovendo benefícios diretos à população e maior efetividade na gestão pública.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de resultados pretendidos, mitigando riscos e promovendo o interesse público, com base em descrição da necessidade da contratação. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado, como a instalação de infraestrutura e adequação de espaço físico, serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato, conforme o art. 116, será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento em uso de ferramentas e boas práticas assegurará os resultados previstos, segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas. Essas providências integrarão o mapa de riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas a resultados pretendidos, sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto, como no caso de objeto simples que dispensa ajustes prévios.

12. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação destinada à execução dos serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira, junto à Secretaria de Saúde do Município de Quixeré – CE, fica expressamente vedada, conforme o disposto no art. 15 combinado com o art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A decisão fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e administrativos que demonstram que a natureza do objeto — serviços de reforma em unidade de saúde — é de execução direta, indivisível e de baixa complexidade operacional, sendo mais eficiente e vantajosa sua execução por uma única empresa





contratada.

A vedação à participação de consórcios justifica-se ainda pela necessidade de garantir maior controle, simplificação dos trâmites administrativos e eficiência na fiscalização contratual, evitando eventuais dificuldades de gestão decorrentes da responsabilidade solidária entre consorciadas e da necessidade de definição de empresa líder. Tais aspectos poderiam gerar entraves no acompanhamento técnico, na execução do cronograma físico-financeiro e na responsabilização por eventuais falhas construtivas, comprometendo a agilidade e a segurança jurídica da contratação.

Além disso, a contratação individual favorece a economicidade, a celeridade processual e a isonomia entre os licitantes, atendendo aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Assim, considerando a compatibilidade técnica do objeto, o porte da obra e a capacidade do mercado local de ofertar empresas aptas à execução do serviço, a vedação da participação de consórcios nesta contratação mostra-se a medida mais adequada para assegurar a eficiência administrativa e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A execução da reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira demanda a observância de contratações correlatas e/ou interdependentes que garantam a plena funcionalidade e o adequado desempenho das atividades após a conclusão da obra. Entre as possíveis contratações correlatas, incluem-se os serviços de engenharia complementar, como a elaboração de laudos técnicos, ARTs e vistorias de conformidade, necessários para atestar a execução dos serviços em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade e vigilância sanitária.

Poderá haver também a necessidade de aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais permanentes destinados à ambientação e ao funcionamento do CAPS, considerando que eventuais substituições ou adequações de layout podem ser exigidas após a modernização da estrutura física. Além disso, a contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, após a conclusão da reforma, será essencial para assegurar a durabilidade dos investimentos públicos e o bom funcionamento das instalações.

Outra contratação potencialmente interdependente refere-se aos serviços de apoio logístico e de higienização durante o período de execução da obra, sobretudo para minimizar impactos nas atividades assistenciais em andamento e garantir a salubridade do ambiente. Também podem ser necessários ajustes contratuais relativos ao fornecimento temporário de energia elétrica, água e descarte de resíduos sólidos da construção civil, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com o art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, que exige a consideração de medidas de sustentabilidade ambiental no planejamento da contratação.





Dessa forma, as contratações correlatas e interdependentes associadas à reforma do CAPS devem ser devidamente planejadas e coordenadas pela Secretaria de Saúde, de modo a assegurar continuidade, eficiência e integração entre as etapas da execução, garantindo que a unidade reformada opere de forma plena, segura e em conformidade com as finalidades do serviço público de saúde mental.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira concentram-se, principalmente, na geração de resíduos sólidos da construção civil, no aumento temporário do consumo de energia elétrica e água, e na emissão de ruídos e poeira durante a realização das atividades. Tais efeitos, ainda que de natureza temporária, exigem a adoção de medidas preventivas e corretivas capazes de reduzir sua magnitude e assegurar a conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes.

Entre as medidas mitigadoras recomendadas, destaca-se a gestão adequada dos resíduos gerados, com separação, armazenamento, transporte e destinação final conforme as diretrizes da Resolução CONAMA nº 307/2002, priorizando a reutilização e a reciclagem de materiais quando tecnicamente possível. Os resíduos não recicláveis devem ser encaminhados a local licenciado pelo órgão ambiental competente, mediante controle documental da destinação.

Para o controle de emissões e poluição atmosférica, recomenda-se a utilização de barreiras físicas, aspersão de água e proteção de áreas sensíveis para minimizar a dispersão de poeira, além da manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, de modo a reduzir a emissão de gases poluentes e ruídos. O gerenciamento racional do consumo de energia e água deve ser observado durante a execução da obra, incentivando o uso de equipamentos com selo de eficiência energética e dispositivos de economia hídrica, conforme as boas práticas de sustentabilidade previstas no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

Após a conclusão da reforma, a adoção de práticas de manutenção sustentável — como iluminação eficiente, ventilação natural, aproveitamento de luz solar e descarte adequado de resíduos provenientes da rotina do CAPS — contribuirá para a redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida da edificação.

Dessa forma, a implementação das medidas mitigadoras propostas garante que a obra seja executada de forma ambientalmente responsável, eficiente e em conformidade com os princípios da sustentabilidade, promovendo equilíbrio entre a melhoria da infraestrutura pública e a preservação ambiental, em atendimento ao interesse público e às diretrizes da gestão municipal sustentável.





15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação da empresa especializada para a execução dos serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Maria Livia Carneiro de Oliveira é declarada como viável, necessária e vantajosa, baseando-se nos detalhamentos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos minuciosamente analisados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP). A reforma proposta se alinha perfeitamente com os princípios de eficiência e interesse público estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantido que a estrutura do CAPS estará em condições adequadas para o atendimento das demandas de saúde mental no Município de Quixeré – CE.

De acordo com o levantamento de mercado e as estimativas de valor e quantidade elaboradas, a contratação articulada neste ETP contempla as melhores práticas de economicidade e eficiência, estando em alinhamento com os objetivos do processo licitatório descritos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Os benefícios esperados desta execução incluem o aprimoramento das condições de atendimento dos usuários do CAPS, assegurando que as normas sanitárias e de segurança sejam cumpridas. Tais melhorias não apenas aumentam a segurança e acolhimento, mas também elevam a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Além disso, a análise operacional demonstrou que a solução proposta é sustentável e integra medidas adequadas de mitigação de riscos, conforme se requer de empreendimentos desta magnitude e conforme delineado na seção 18, §1º, inciso XIII, reforçando também a relevância do ETP para fundamentar o Termo de Referência (art. 6º, inciso XXIII).

Concluindo, com base nos dados e evidências apresentadas, a contratação deve prosseguir conforme o planejamento estratégico do Município de Quixeré, ainda que um Plano de Contratação Anual não tenha sido identificado. Recomenda-se, portanto, a realização imediata da contratação, assegurando-se de que todas as partes interessadas estejam informadas e que as medidas corretivas necessárias sejam implementadas caso surjam novos dados durante a fase de execução, garantindo desta forma a plena aderência ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021.





GOVERNO MUNICIPAL
QUIXERÉ – ADM “Somos Todos Quixeré”



Quixeré / CE, 3 de setembro de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente
ADRIANO DEODATO LIMA OLIVEIRA
PRESIDENTE

assinado eletronicamente
JULIA TALITA BRITO SANTIAGO LIMA
MEMBRO

assinado eletronicamente
CLAUDIA MONICA SOUZA SILVA
MEMBRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 424-606-5907
PÁGINA: 11 DE 11 - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ - CNPJ: 07.807.191/0001-47

